

RESOLUÇÃO Nº067/2013 - CJ

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 14007, em nome da empresa Real Locadora de Veículos Ltda ME, conforme Processo nº 200900029011197.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o disposto na Resolução nº 005, de 08 de fevereiro de 2008, do Conselho de Gestão da AGR, que trata da regulamentação da prestação dos serviços especiais do transporte coletivo rodoviário, intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, o cadastramento de seus operadores e as formas de licenciamento;

Considerando que o interessado apresentou defesa e, levando em conta as manifestações técnica e jurídica, as quais são adotadas na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a empresa Real Locadora de Veículos Ltda ME, infringiu o art. 53, inciso IX, da Resolução 005/2008-CG, por não portar no veículo durante a viagem o comprovante de vínculo do motorista com a autorizatária, no percurso Mineiros/Caldas Novas, foi autuada em 11/12/2009, nos termos do auto de infração nº 14007;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 29/08/2013;

R E S O L V E:

Art. 1º Anular o auto de infração nº 14007, em nome da empresa Real Locadora de Veículos Ltda ME, por não constar na legislação a exigência de comprovante de vínculo empregatício entre cônjuges, conforme consta nos autos a cópia da Certidão de Casamento.

Art. 2º A decisão de que trata o art. 1º desta resolução será objeto de reexame e deliberação pelo Conselho Regulador, nos termos do art. 19, inciso II, § 8º, da Lei 13.569/1999, acrescido pela Lei 18.101, de 17 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 29 dias do mês de agosto de 2013.

Luiz José de Oliveira Júnior
Coordenador